

REQUERIMENTO N.º /2005

Requeiro à mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa **VOTO DE APLAUSO ao Tribunal de Contas da União pela recomendação feita ao Senado Federal para paralisação de 72 obras públicas irregulares** custeadas com recursos federais.

JUSTIFICATIVA

A edição do dia 30 de setembro de 2005 do Jornal do Senado, traz matéria com foto do Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Adylson Motta entregando relatório do TCU, que recomenda a paralisação de 72 obras públicas em execução em todo o país com recursos previstos no Orçamento da União. A execução dessas obras envolve cerca de R\$ 2 bilhões, segundo informação do ministro.

Segundo o ministro Adylson Motta, o relatório visa assegurar que as irregularidades detectadas sejam corrigidas, de forma a garantir a conclusão das obras no prazo previsto e a preços de mercado.

Entretanto o depoimento do ministro Valmir Campelo, que relatou o trabalho, põe a todos nós como cidadãos, a esta Casa como Legislativo que tem como função típica a fiscalização do Executivo municipal e a mim como Presidente da Comissão de Defesa do Contribuinte, espantados por afirmar que **o elevado custo das obras públicas continua sendo o principal problema a ser enfrentado pelos órgãos de controle.**

Segundo ele, as ocorrências de sobrepreço e de superfaturamento correspondem a 21% do total de 228 irregularidades graves, com paralisação, identificadas nos diversos contratos dos programas fiscalizados. Na avaliação de Valmir Campelo, esses dados mostram a

necessidade de melhorar os instrumentos para a análise dos custos das obras, de modo a compatibilizar seus valores com os preços de mercado.

Pois muito bem senhor Presidente, senhora vereadora e senhores vereadores, este momento em que o país assiste a confusão entre o público e o privado entre aquilo que é de partido com o que é de todos, nada mais justo que insistamos na importância de um trabalho mais consistente dos tribunais de Contas e do Ministério Público.

A ação dos ministros entregando ao Senado Federal o relatório reforça a crença de que só a participação das instituições e o acompanhamento dos contribuintes e cidadãos, por todos os meios possíveis de divulgação das ações do Poder Público, assegurará a construção da sociedade que tanto almejamos.

Esta Casa, portanto não pode ficar à margem de iniciativas que visem o resgate da credibilidade do bem servir à sociedade própria da fiel conceituação de Política e da mais sagrada definição de Servidor Público, razão que me leva a rogar o indispensável apoio de meus pares para a aprovação unânime do presente requerimento.

Do resultado deste plenário dê-se ciência ao Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Adylson Motta e aos ministros Valmir Campelo e Marcos Vinícios Vilaça ,com endereço SAFS, Q. 04, Lote 1, ed. Sede, sala 364, CEP: 70042-900 Brasília - DF; ao Presidente do Senado Federal, senador Renan Calheiros e aos senadores Marco Maciel, José Jorge, com endereço Senado Federal Praça dos Três Poderes, CEP: 70165-920 - Brasília-DF, ao Deputado Federal André de Paula, com endereço Gabinete 423 - Anexo IV Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes Brasília - DF CEP: 70160-900, ao Deputado Estadual Augusto Coutinho, com endereço Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Rua da União, s/n - Boa Vista Recife-PE.

Sala das Sessões, de outubro de 2005

PRISCILA KRAUSE

Vereadora Recife PFL

